



Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico de Controle Externo
Área de Controle Externo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'J10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 7 baseiam-se no texto seguinte.

Em 2007 e 2008, e novamente em 2010 e 2011, mudanças relativamente pequenas nos mercados de alimentos desencadearam fortes altas nos preços. Isso deve ser compreendido como uma resposta a, digamos, um aumento na demanda de China e Índia. Mas, como apontou Shenggen Fan, do International Food Policy Research Institute (IFPRI), esses gigantes não importam muitos alimentos. Ao contrário, os preços dispararam em resposta a fatores temporários, como a queda do dólar, o embargo às exportações e os surtos de compras motivados pelo pânico.

Preços mais altos proporcionam aos agricultores incentivos para produzir mais, o que torna mais fácil a tarefa de alimentar o mundo. Mas eles também impõem custos aos consumidores, aumentando a pobreza e o descontentamento. Se modas passageiras como as barreiras comerciais podem quase dobrar os preços mundiais dos alimentos duas vezes em quatro anos, imagine o que um tropeço nos esforços para aumentar a produtividade pode causar. Considerando as tensões e as ramificações políticas dos alimentos, os esforços para alimentar 9 bilhões de pessoas vão acentuar conflitos geopolíticos e acelerar mudanças que já estão ocorrendo de qualquer forma.

(Tradução de Ed. Sêda do "The Economist". **CartaCapital**, 23 de março de 2011, p. 56, com adaptações)

1. O sentido principal do texto está expresso em:
- (A) O crescimento da produção e a maior oferta de alimentos visam a garantir a estabilidade de preços no mercado mundial.
 - (B) Consumidores, especialmente aqueles de países mais populosos, são prejudicados pela escassez, que justifica a alta dos preços dos alimentos.
 - (C) A escassez de alimentos, agravada pelo aumento de preços no mercado, poderá resultar em obstáculos que comprometem a paz.
 - (D) A redução da oferta de produtos no mercado mundial de alimentos despertou a atenção dos produtores, que desejam maiores lucros.
 - (E) A elevação dos preços de alimentos decorre naturalmente dos acordos políticos entre nações produtoras e aquelas basicamente consumidoras.

2. A referência ao especialista Shenggen Fan
- (A) aponta para a preocupação geral de governos quanto às dificuldades na comercialização de alimentos.
 - (B) confere veracidade à contestação da hipótese apresentada para justificar a alta de preços dos alimentos.
 - (C) permite validar a grande influência da China e da Índia na importação de alimentos, o que contribui para a variação dos preços.
 - (D) destaca as disparidades que se observam atualmente quanto ao consumo de alimentos na Índia e na China.
 - (E) comprova a necessidade do aumento da produtividade da agricultura, ampliando assim a oferta mundial de alimentos.

3. *Preços mais altos proporcionam aos agricultores incentivos para produzir mais, o que torna mais fácil a tarefa de alimentar o mundo. Mas eles também impõem custos aos consumidores, aumentando a pobreza e o descontentamento.* (início do 2º parágrafo)

A 2ª afirmativa introduz, em relação à 1ª, noção de

- (A) condição.
- (B) temporalidade.
- (C) consequência.
- (D) finalidade.
- (E) restrição.

4. É correto inferir do texto que

- (A) é imprescindível haver mais investimentos e desenvolvimento tecnológico que venham a permitir a maior oferta de alimentos a toda a população mundial.
- (B) será possível evitar o desencontro entre a produção e o consumo de alimentos no mundo por meio do controle dos preços.
- (C) deveria ser abandonado, pelos países mais ricos, o aproveitamento político da crise no comércio de alimentos, para evitar a fome em regiões mais pobres.
- (D) cabe aos agricultores o efetivo controle dos preços de alimentos, considerando-se que são eles os responsáveis diretos por sua produção.
- (E) são os consumidores, que aumentaram a demanda por alimentos, os principais responsáveis pela alta de preços no comércio mundial.

5. *Preços mais altos proporcionam aos agricultores incentivos ...* (início do 2º parágrafo)

A regência verbal assinalada acima está reproduzida em:

- (A) ... *mudanças relativamente pequenas nos mercados de alimentos desencadearam fortes altas nos preços.*
- (B) ... *esses gigantes não importam muitos alimentos.*
- (C) ... *o que torna mais fácil a tarefa ...*
- (D) *Mas eles também impõem custos aos consumidores ...*
- (E) ... *quase dobrar os preços mundiais dos alimentos duas vezes em quatro anos ...*



6. ... *imagine* o que um tropeço nos esforços para aumentar a produtividade pode causar. (2º parágrafo)

O verbo flexionado de modo idêntico ao do grifado acima está também grifado em:

- (A) Devemos reconhecer que as limitações de terras e de água trarão problemas para a produção mundial de alimentos.
- (B) Vejamos, neste mapa, onde se encontram as terras mais férteis para garantir uma safra recorde na colheita de grãos.
- (C) Podem ser compreensíveis as decisões de alguns governantes de subsidiar a produção agrícola, para controlar o preço dos alimentos.
- (D) A produção de alimentos precisa tornar-se suficiente para cobrir a demanda, com investimentos em tecnologia.
- (E) A rentabilidade na produção de alimentos passou a ser fundamental para evitar escassez nas próximas décadas.

7. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta em:

- (A) As alterações na dieta alimentar de pessoas ao redor do planeta, que resulta na necessidade de alimentos variados, estimula o consumo e, ao mesmo tempo, permite a especulação comercial, com a alta de preços.
- (B) A escassez de alimentos em algumas regiões do planeta, provocada em parte pelas alterações climáticas, deverão ser agravadas por interesses comerciais de grandes produtores.
- (C) O domínio sobre água e terras férteis, indispensáveis à produção de alimentos, darão origem a conflitos entre agricultores e até mesmo entre países, colocando em risco a segurança de populações inteiras.
- (D) O maior problema na oferta de alimentos, de acordo com especialistas, se referem ao efeito decorrente das à desnutrição e à morte pela fome.
- (E) Agricultores de todo o mundo investem na redução de perdas nas colheitas e em produtividade, especialmente com os avanços na genética de plantas, para que seja possível alimentar os bilhões de pessoas no planeta.

Atenção: As questões de números 8 a 14 baseiam-se no texto seguinte.

Após décadas de trabalho pela conservação ambiental, por que a Amazônia ainda enfrenta ameaças?

Poderíamos alegar que todos os recursos e esforços já investidos em atividades de conservação deveriam ter posto um fim à destruição da floresta tropical úmida e à perda da vida silvestre. Mas não é assim tão fácil. Existem uma mudança e evolução constantes nos fatores que levam a esse resultado. As soluções para essas questões mutáveis também precisam ser constantemente adaptadas. Os problemas atuais não são os mesmos de uma ou duas décadas atrás. Então os desafios para

a conservação também estão sempre se transformando. Por trás da destruição e da degradação ambiental da Amazônia está uma série de problemas de ordem política, social e econômica.

As atividades dos seres humanos interferem cada vez mais na Amazônia. As forças de mercado, a pressão populacional e o avanço da infraestrutura causam impactos em grandes áreas da floresta. À medida que se intensificam as pressões sobre a região, fica mais claro que o preço a ser pago por nossa interferência na mata não é apenas a perda da biodiversidade e do hábitat, mas também a perda da qualidade de vida para nós, humanos.

O desenvolvimento econômico, em muitos casos, é sobreposto a outras preocupações com o meio ambiente. Com isso, a meta de se construir um modelo de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente adequado e economicamente sustentável vem sendo deixada de lado. Alguns programas de iniciativa dos governos, tanto federal quanto estaduais, se voltam para um desenvolvimento constante e, muitas vezes, acabam incentivando direta ou indiretamente o desmatamento em favor da pecuária, da produção de soja, da exploração de recursos minerais. Essas atividades econômicas são importantes, mas ampliam a demanda por recursos naturais, que são sempre limitados.

(Disponível em http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/ameacas_riscos_ama... . Acesso em 3 de dezembro de 2011)

8. A resposta para a questão colocada de início se volta principalmente para

- (A) a opção por estimular o desenvolvimento da região Amazônica em prejuízo da preservação do ambiente natural.
- (B) a oposição de interesses entre ambientalistas e eventuais investidores, a respeito das áreas que deverão ser preservadas.
- (C) a ausência de projetos econômicos viáveis para o desenvolvimento da região amazônica, devido à grande extensão florestal.
- (D) as dificuldades em torno da exploração econômica dos recursos naturais que possa reverter em benefícios para a população local.
- (E) a indefinição de medidas destinadas, prioritariamente, para a preservação dos recursos naturais em toda a região amazônica.

9. O teor do texto aponta especialmente para

- (A) o aumento das atividades econômicas, apesar dos resultados pouco satisfatórios sobre as condições sociais de vida em toda a área de floresta amazônica.
- (B) a ligação entre a perda da biodiversidade em vista da exploração econômica da floresta e o afluxo de recursos para a população na Amazônia.
- (C) a inevitável degradação ambiental diante da necessidade de garantir condições econômicas de sobrevivência para a população da área florestal.
- (D) a responsabilidade social e política de organizações governamentais e atividades privadas na condução da exploração da Amazônia.
- (E) os interesses políticos em torno de propostas de desenvolvimento econômico da região amazônica, que resultam em preservação ambiental.



10. Considere as observações seguintes, a respeito do emprego de sinais de pontuação nos segmentos constantes do 4º parágrafo:
- I. *Alguns programas de iniciativa dos governos, tanto federal quanto estaduais, se voltam para um desenvolvimento constante ...*
- As vírgulas poderiam ser corretamente substituídas por travessões, sem alteração da estrutura da frase e do sentido original.
- II. *... e, muitas vezes, acabam incentivando direta ou indiretamente o desmatamento ...*
- O segmento grifado poderia ser isolado por parênteses, mantendo-se a correção do período e o sentido original.
- III. *Essas atividades econômicas são importantes, mas ampliam a demanda por recursos naturais, que são sempre limitados.*
- A vírgula colocada após a expressão *recursos naturais* estaria corretamente substituída por dois-pontos, sem prejuízo para o sentido original.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
(B) III.
(C) I e II.
(D) I e III.
(E) II e III.
-
11. *... que todos os recursos e esforços já investidos em atividades de conservação deveriam ter posto um fim à destruição da floresta tropical úmida e à perda da vida silvestre. (2º parágrafo)*
- O emprego da forma verbal grifada acima denota, no contexto,
- (A) fato pressuposto como verdadeiro já terminado.
(B) ação que deverá ser tomada futuramente.
(C) realização de uma ideia no futuro.
(D) ação concluída no passado.
(E) fato previsto e não concretizado.
-
12. O verbo que deverá permanecer no **singular**, caso o segmento grifado seja substituído pelo proposto entre parênteses no final da frase, está em:
- (A) Mas não é assim tão fácil. (Mas nenhum desses esforços)
- (B) Por trás da destruição e da degradação ambiental da Amazônia está uma série de problemas de ordem política, social e econômica. (vários problemas)
- (C) ... por que a Amazônia ainda enfrenta ameaças? (as áreas de floresta)
- (D) O desenvolvimento econômico, em muitos casos, é sobreposto a outras preocupações com o meio ambiente. (As vantagens do desenvolvimento econômico)
- (E) ... a meta (...) vem sendo deixada de lado. (os propósitos)
-
13. O segmento grifado que está substituído de modo INCORRETO pelo pronome, com as devidas adaptações e respeitando a colocação, é:
- (A) *ainda enfrenta ameaças* = ainda as enfrenta.
(B) *deveriam ter posto um fim* = deveriam tê-lo posto.
(C) *causam impactos* = causam-lhes.
(D) *acabam incentivando o desmatamento* = acabam incentivando-o.
(E) *ampliam a demanda* = ampliam-na.
-
14. Os esforços dos ambientalistas visam conservar a grande e contínua área de floresta, destinada pesquisas científicas voltadas, principalmente, estudos sobre a biodiversidade.
- As lacunas da frase acima estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por:
- (A) à - às - a
(B) a - às - a
(C) à - as - à
(D) à - as - a
(E) a - às - à
-
15. *O Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque foi criado em 2002.*
- A área do Parque compreende o noroeste do Amapá e pequena parte do Pará.*
- A área do Parque Nacional é coberta pela floresta tropical úmida e densa.*
- A região abriga as nascentes de todos os principais rios do Amapá.*
- As frases acima se articulam de modo claro, correto e com lógica no período:
- (A) O Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque que foi criado em 2002, em uma área coberta de uma floresta tropical úmida e densa, abrigando as nascentes de todos os principais rios do Amapá, e ocupando o noroeste desse Estado e pequena parte do Pará.
- (B) A área do Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque foi criado em 2002, onde fica o noroeste do Amapá e pequena parte do Pará, coberta por floresta tropical úmida e densa, e ainda as nascentes de todos os principais rios do Amapá.
- (C) Em 2002, a criação do Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque compreenderam o noroeste do Amapá e pequena parte do Pará com floresta tropical úmida e densa, além de nascentes de todos os principais rios do Amapá.
- (D) Criado em 2002, o Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque, cuja área compreende o noroeste do Amapá e pequena parte do Pará, é coberto pela floresta tropical úmida e densa, e abriga as nascentes de todos os principais rios do Amapá.
- (E) Numa área que está coberta não só pela floresta tropical úmida e densa, mas também as nascentes de todos os principais rios do Amapá, criado em 2002, o Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque compreende o noroeste do Amapá e pequena parte do Pará.



Raciocínio Lógico

16. As relações seguintes referem-se a uma família em que não há duas pessoas com o mesmo nome.

“Raul é pai de Sofia, que é neta do pai de Flávio. Larissa é sobrinha de Raul.”

A partir dessas informações, conclui-se que, necessariamente,

- (A) Larissa é filha de Flávio.
- (B) o pai de Flávio tem uma filha.
- (C) Raul e Flávio são irmãos.
- (D) Flávio é tio de Larissa.
- (E) Sofia é sobrinha de Flávio.

17. Um número inteiro será chamado de *tricíclico* se, e somente se, for formado por uma sequência de dois ou mais dígitos aparecendo exatamente três vezes. Por exemplo, os números 858 585, 107 107 107 e 292 129 212 921 são *tricíclicos*. O menor número positivo que deve ser somado a 198 891 para que se obtenha como resultado um número *tricíclico* é

- (A) 1 109.
- (B) 3 129.
- (C) 6 972.
- (D) 13 230.
- (E) 23 331.

18. O funcionário de uma pizzeria que fornece em domicílio registrou os pedidos de três clientes regulares. Cada um pediu uma única pizza, de um único sabor, sendo uma de massa fina, uma de massa média e uma de massa grossa. Uma falha no computador, porém, apagou o registro dos pedidos e o funcionário teve de usar o conhecimento que tinha do gosto dos clientes, além do que se lembrava dos pedidos, para deduzir o que cada um solicitou.

- O Sr. Pedro não pode ter pedido a pizza com borda recheada, pois não aprecia esse opcional.
- Um dos sabores pedidos, banana, só é feita com massa média.
- A única pizza que teve como opcional cobertura extra de queijo foi a de frango, que não tinha borda recheada.
- O Sr. Jorge só pede pizza de massa fina e não gosta de cobertura extra de queijo.
- Apenas uma das pizzas pedidas não tinha qualquer opcional.
- A Sra. Estela não pediu a pizza de massa média.

Uma das pizzas pedidas foi de calabresa. Essa pizza foi pedida

- (A) pelo Sr. Pedro e tinha borda recheada.
- (B) pelo Sr. Pedro e não tinha qualquer opcional.
- (C) pela Sra. Estela e não tinha qualquer opcional.
- (D) pelo Sr. Jorge e tinha borda recheada.
- (E) pelo Sr. Jorge e não tinha qualquer opcional.

19. Uma empresa fabrica enfeites de Natal com a forma de esfera, todos de mesmo tamanho. Eles são acondicionados em embalagens cúbicas, que comportam oito enfeites. Nessas embalagens, cada enfeite fica encostado em outros três, além de tocar duas paredes e a tampa ou o fundo da embalagem. Se as embalagens forem reduzidas, mantendo a forma de cubo, de modo que cada aresta passe a medir metade do comprimento original, cada embalagem passará a comportar, no máximo,

- (A) um único enfeite.
- (B) dois enfeites.
- (C) três enfeites.
- (D) quatro enfeites.
- (E) seis enfeites.

20. O responsável por um ambulatório médico afirmou:

“Todo paciente é atendido com certeza, a menos que tenha chegado atrasado.”

De acordo com essa afirmação, conclui-se que, necessariamente,

- (A) nenhum paciente terá chegado atrasado se todos tiverem sido atendidos.
- (B) nenhum paciente será atendido se todos tiverem chegado atrasados.
- (C) se um paciente não for atendido, então ele terá chegado atrasado.
- (D) se um paciente chegar atrasado, então ele não será atendido.
- (E) se um paciente for atendido, então ele não terá chegado atrasado.

Legislação Específica do Estado do Amapá

21. O auditor do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, quando em substituição a Conselheiros, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições, às de

- (A) Procurador-Geral do Estado.
- (B) Desembargador.
- (C) Procurador-Geral de Justiça.
- (D) Juiz de Direito da mais elevada entrância do Estado.
- (E) Secretário de Estado.

22. A aprovação prévia de Conselheiros do Tribunal de Contas indicados pelo Governador deverá ser por voto

- (A) secreto, por maioria de votos.
- (B) público, por maioria de votos.
- (C) secreto, por dois terços dos votos.
- (D) público, por dois terços dos votos.
- (E) público no primeiro turno, por maioria de votos, e secreto no segundo, por dois terços dos votos.



23. Um Conselheiro atuará de acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amapá se
- (A) exercer comércio.
 - (B) dedicar-se à atividade político-partidária.
 - (C) exercer emprego particular.
 - (D) exercer profissão liberal.
 - (E) participar de sociedade comercial como quotista.
24. A sede da Prefeitura de um Município do Estado do Amapá foi destruída em razão de um incêndio provocado por um raio. Naquela ocasião foram queimados todos os documentos que comprovavam a movimentação contábil, financeira, operacional, patrimonial e orçamentária do exercício de 2010. Nesse caso, as contas do Prefeito referentes a esse exercício serão consideradas
- (A) suspensas.
 - (B) iliquidáveis.
 - (C) regulares.
 - (D) intangíveis.
 - (E) imateriais.
25. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Amapá, considera-se como efetivo exercício o afastamento a título de
- (A) exercício de cargo eletivo, salvo no caso de vereador, se houver compatibilidade de horários.
 - (B) licença por motivo de doença em pessoa da família, desde que sem remuneração.
 - (C) exercício de cargo em comissão em órgãos dos Poderes da União.
 - (D) licença para tratamento da própria saúde, até o limite de trinta e seis meses.
 - (E) missão ou estudo, no país ou exterior, quando o afastamento não for remunerado.
- História e Geografia do Estado do Amapá**
26. Na disputa final pela posse do território que mais tarde comporia o estado do Amapá, em 1899, teve grande importância a argumentação apresentada
- (A) por Francisco Xavier da Veiga Cabral.
 - (B) pelo senador Candido Mendes Ferreira.
 - (C) por Joaquim Caetano da Silva.
 - (D) pelo Barão do Rio Branco.
 - (E) por João Severiano Maciel.
27. A criação do território do Amapá ocorreu na década de
- (A) 1930, no governo de Getúlio Vargas.
 - (B) 1940, no governo de Getúlio Vargas.
 - (C) 1940, no governo do marechal Dutra.
 - (D) 1950, no governo do marechal Dutra.
 - (E) 1950, no governo de Juscelino Kubitschek.
28. Sobre o meio físico do Amapá é correto afirmar que
- (A) a floresta equatorial está praticamente extinta devido à ocupação do solo.
 - (B) o seu território é formado por rochas sedimentares e pelos dobramentos recentes.
 - (C) o seu relevo tem, em média, altitudes abaixo de 300 metros e é pouco acidentado.
 - (D) o clima predominante é tropical com maiores precipitações entre maio e agosto.
 - (E) a dinâmica atmosférica do estado é comandada pela massa Tropical continental (mTc).
29. Segundo o censo de 2010, o Amapá
- (A) foi um dos estados do país que mais aumentou sua população em termos relativos.
 - (B) é um dos poucos estados brasileiros com predomínio de população rural.
 - (C) manteve a condição de segundo estado mais populoso da região Norte.
 - (D) apresentou um fraco crescimento da densidade demográfica no seu território.
 - (E) apresenta uma das mais elevadas taxas de envelhecimento da população do país.
30. Considere as seguintes afirmações sobre a agropecuária do Amapá.
- I. O rebanho bovino do estado é o maior da região amazônica.
 - II. Os bubalinos são mais numerosos que os bovinos.
 - III. A área destinada a pastagens é mais extensa que a destinada aos cultivos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II.
 - (E) II e III.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

Noções de Direito Constitucional

31. Em relação à liberdade de crença, estabelece a Constituição que

- (A) o Estado brasileiro, por ser laico, não pode prestar assistência religiosa em entidades de interinação coletiva.
- (B) uma pessoa perderá direitos políticos caso alegue motivo de crença religiosa para se livrar do cumprimento de obrigação a todos imposta e se oponha a cumprir prestação alternativa.
- (C) a garantia do livre exercício dos cultos religiosos não abrange a proteção do estrangeiro por motivos de segurança nacional.
- (D) as igrejas, para professarem seus cultos, dependem de autorização administrativa, a qual será negada a instituições que utilizam práticas de curandeirismo.
- (E) as igrejas, para serem proprietárias de bens imóveis, devem adquirir personalidade jurídica que as equipare às fundações.

32. Em relação aos brasileiros natos, é correto afirmar que o texto constitucional

- (A) adotou apenas o critério do local de nascimento para determinação da nacionalidade.
- (B) estabeleceu um rol aberto com as hipóteses para aquisição da nacionalidade, o qual poderá ser ampliado por lei complementar.
- (C) proíbe que sejam extraditados, ainda que haja comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes.
- (D) adotou apenas o critério do parentesco sanguíneo para determinação da nacionalidade.
- (E) reserva-lhes o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

33. O alistamento eleitoral é facultativo para os

- (A) estrangeiros.
- (B) maiores de sessenta e cinco anos.
- (C) conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.
- (D) analfabetos.
- (E) maiores de dezesseis anos e menores de vinte e um anos.

34. Os Estados-Membros da Federação Brasileira

- (A) possuem competência remanescente.
- (B) regem-se por lei orgânica.
- (C) podem emitir moeda no caso de guerra declarada.
- (D) não podem instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- (E) possuem como bens as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras.

35. Conforme a Constituição Federal, servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, e que adquiriu estabilidade,

- (A) receberá aumento de remuneração a cada triênio trabalhado.
- (B) não perderá o cargo mediante processo administrativo, mesmo que lhe seja assegurada ampla defesa.
- (C) será aposentado, caso sua demissão seja invalidada por sentença judicial.
- (D) ficará em regime de disponibilidade, sem remuneração, caso o cargo que ocupa seja extinto ou reestruturado.
- (E) poderá perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.

36. Os Deputados Federais

- (A) julgam processo de *impeachment* contra o Presidente da República.
- (B) são eleitos por suas bases estaduais, na medida em que devem representar os interesses federativos de seus Estados-Membros no Congresso Nacional.
- (C) elegem-se pelo sistema majoritário com dois suplentes.
- (D) possuem mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos para um único período subsequente.
- (E) não perderão o mandato se forem investidos no cargo de Ministro do Estado.

37. O Senado Federal tem competência privativa para

- (A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- (B) dispor sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal.
- (C) nomear os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, o Presidente e os Diretores do Banco Central, após aprovação pelo Presidente da República.
- (D) aprovar o estado de defesa, de sítio e a intervenção federal.
- (E) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

38. O Presidente da República

- (A) exerce a função de chefe de governo, mas não a de chefe de Estado.
- (B) toma posse em sessão da Câmara dos Deputados, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição.
- (C) tem competência para avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes.
- (D) edita medidas provisórias, com força de lei.
- (E) nomeia Ministros de Estado, após a escolha ser aprovada pelo Congresso Nacional.



<p>39. O Vice-Presidente da República</p> <p>(A) deve ser brasileiro nato ou naturalizado.</p> <p>(B) exerce competências taxativamente definidas na Constituição e em leis ordinárias.</p> <p>(C) substitui o Presidente, no caso de impedimento, e sucede-lhe, no caso de vacância.</p> <p>(D) poderá ser julgado, por crime de responsabilidade, pelo Congresso Nacional.</p> <p>(E) deve ter a idade mínima de trinta anos como condição de sua elegibilidade.</p>	<p>44. Os serviços públicos</p> <p>(A) não são passíveis de exploração por particulares, exceto os denominados serviços públicos impróprios.</p> <p>(B) somente podem ser prestados por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.</p> <p>(C) constituem obrigação do poder público, que pode prestá-los diretamente ou mediante concessão ou permissão a particular, precedida de licitação.</p> <p>(D) podem ter a sua titularidade transferida a particular, mediante concessão, precedida de autorização legislativa específica.</p> <p>(E) devem ser prestados pelo poder público, exclusivamente, podendo ser delegados a entidade integrante da Administração indireta criada para esse fim.</p>
<p>40. Segundo a Constituição Federal, a competência para homologar sentenças estrangeiras é do</p> <p>(A) Chefe do Poder Executivo.</p> <p>(B) Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>(D) Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) Congresso Nacional.</p>	<p>45. O Estado pretende efetuar reorganização administrativa, desmembrando determinados órgãos da Administração direta, extinguindo cargos vagos e realocando atribuições, tendo como premissa o não incremento de despesa. De acordo com a Constituição Federal, a referida reorganização deverá ser feita por</p> <p>(A) lei, obrigatoriamente em face do princípio da legalidade a que se submete a Administração pública.</p> <p>(B) decreto, eis que a matéria de organização e funcionamento da Administração não se sujeita à reserva legal.</p> <p>(C) decreto, precedido, necessariamente, de lei autorizativa delegando competência ao Chefe do Executivo para dispor sobre a matéria.</p> <p>(D) contrato de gestão, precedido de decreto estabelecendo os indicadores de qualidade e as metas de melhoria dos serviços.</p> <p>(E) contrato de gestão, precedido de lei autorizativa, com eficácia apenas para o próximo exercício orçamentário.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Direito Administrativo</p> <p>41. Estão sujeitos às penalidades previstas na Lei de improbidade administrativa:</p> <p>(A) agentes públicos, assim entendidos apenas aqueles detentores de mandato eletivo e seus auxiliares diretos.</p> <p>(B) ocupantes de cargo, função ou emprego público, exclusivamente.</p> <p>(C) agentes públicos e detentores de mandato eletivo, exclusivamente.</p> <p>(D) servidores públicos e particulares, desde que ligados ao poder público por vínculo contratual.</p> <p>(E) agentes públicos e particulares que se beneficiem de forma direta ou indireta do ato de improbidade.</p>	<p>46. Submetem-se ao poder disciplinar da Administração:</p> <p>(A) servidores submetidos ao regime estatutário e servidores ocupantes de emprego público.</p> <p>(B) funcionários públicos, exclusivamente.</p> <p>(C) particulares que atuam em setores considerados de interesse público.</p> <p>(D) as entidades da Administração indireta, em face da tutela exercida pelo ente instituidor.</p> <p>(E) os administrados, em face do poder da Administração de limitar a atuação privada em prol do interesse coletivo.</p>
<p>42. O Estado pretende criar entidade dotada de autonomia, integrante da Administração indireta, para exercer atividade de natureza econômica, com a participação de entidade privada na constituição do correspondente capital social. Atende a tal objetivo</p> <p>(A) uma Empresa pública.</p> <p>(B) uma Sociedade de economia mista.</p> <p>(C) uma Parceria Público-Privada.</p> <p>(D) um Consórcio público.</p> <p>(E) uma Organização Social – OS.</p>	<p>47. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, configuram atos de improbidade administrativa</p> <p>(A) os que causem dano ao erário, exclusivamente.</p> <p>(B) os que causem, sempre cumulativamente, dano ao erário e enriquecimento ilícito.</p> <p>(C) também aqueles que atentem contra os princípios da Administração pública, ainda que não causem dano ao erário.</p> <p>(D) apenas os que configuram crimes contra a Administração, na forma prevista na legislação penal.</p> <p>(E) os que causem, sempre cumulativamente, dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios da Administração.</p>
<p>43. O denominado “mérito” do ato administrativo discricionário corresponde</p> <p>(A) ao espaço de liberdade de ação da Administração, no que diz respeito à motivação, finalidade e competência para a prática do ato.</p> <p>(B) à análise de adequação do ato com os requisitos de validade previstos em lei.</p> <p>(C) à avaliação de eficácia e efetividade da ação da Administração em face da situação concreta.</p> <p>(D) às razões de conveniência e oportunidade levadas em conta pela Administração para a sua edição.</p> <p>(E) aos aspectos passíveis de controle pelo Poder Judiciário, que pode anular o ato que não atenda à conveniência administrativa.</p>	



Noções de Direito Financeiro e Orçamentário

48. A atividade financeira do Estado compreende
- (A) apenas a obtenção de receitas originárias.
 - (B) apenas a obtenção de receitas, tanto originárias como derivadas.
 - (C) a obtenção de receitas e a realização de despesas.
 - (D) a prestação de serviços públicos e a realização de obras públicas.
 - (E) apenas a geração das despesas.

49. Os depósitos, cauções e fianças recolhidos ao Tesouro são espécies de

- (A) receita originária.
- (B) transferência de capital.
- (C) operação de crédito.
- (D) transferência corrente.
- (E) movimento de caixa.

50. "As entradas constitutivas, em conjunto, da receita pública (...), segundo o critério da regularidade ou relativa periodicidade" (BALEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças**. 17 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 148).

De acordo com o critério mencionado no texto, as receitas públicas se classificam como:

- (A) originárias e derivadas.
- (B) extraordinárias e ordinárias.
- (C) para movimento de fundos ou de caixa.
- (D) a título gratuito ou oneroso.
- (E) flutuante ou consolidada.

51. É forma de renúncia de receita que depende de lei para ser efetivada:

- (A) anistia.
- (B) moratória.
- (C) parcelamento.
- (D) prescrição.
- (E) decadência.

52. Sobre as fases do processamento da despesa, é correto afirmar que

- (A) não se admite empenho global de despesa decorrente de contrato administrativo para realização de obra pública por particular.
- (B) o pagamento da remuneração dos servidores públicos é dispensado de empenho por possuir dotação orçamentária específica.
- (C) só é admissível a dispensa de nota de empenho nas hipóteses em que se autoriza a realização da despesa sem o prévio empenho.
- (D) são empenháveis por estimativa as despesas cujo valor exato seja de difícil identificação, a exemplo de energia elétrica, telefone e despesas com viagens.
- (E) a liquidação da despesa antecede o empenho e a emissão da nota de empenho, que somente será emitida no ato do pagamento, como forma de recibo.

Noções de Execução Orçamentária e Financeira

53. Em relação à programação financeira e controle dos recursos orçamentários da União, é correto afirmar que

- (A) somente pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente pagas.
- (B) uma unidade orçamentária poderá manter contas bancárias sediadas no exterior, desde que receba autorização específica do Banco Central do Brasil.
- (C) as transferências para entidades supervisionadas, decorrentes de receitas vinculadas, constarão de limites de saques aprovados para a unidade orçamentária à qual os créditos sejam atribuíveis.
- (D) a restituição de receitas orçamentárias será feita a crédito de conta de despesa extraorçamentária.
- (E) os compromissos financeiros por operações de crédito externas não precisam ser subordinados aos limites estabelecidos na programação financeira de desembolso aprovada.

54. Em relação à retenção e recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre serviços prestados mediante cessão de mão de obra, é correto afirmar que

- (A) Será cobrada aplicando-se a alíquota de 8% sobre o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviço.
- (B) O valor retido poderá ser compensado pela empresa contratada quando do recolhimento de sua contribuição patronal ao INSS, incidente sobre sua folha de pagamento.
- (C) As empresas que prestam serviços de vigilância e segurança não estão sujeitas a essa retenção, por disposição expressa da Lei nº 8.212/1991.
- (D) Os administradores de autarquias e fundações públicas, criadas ou mantidas pelo Poder Público, de empresas públicas e de sociedades de economia mista tornam-se solidariamente responsáveis pelo pagamento da contribuição, se verificada mora superior a trinta dias.
- (E) Na impossibilidade de a empresa efetuar a compensação da importância retida sobre o valor de seus serviços, ela poderá utilizar o saldo remanescente para compensação com outros tributos federais, na forma do regulamento.

55. O suprimento de fundos

- (A) depende de prévio empenho na dotação orçamentária da despesa a ser realizada.
- (B) pode ser concedido a qualquer servidor, sem restrições de espécie alguma.
- (C) destina-se apenas e tão somente ao financiamento de despesas sigilosas.
- (D) independe de qualquer tipo de prestação de contas, quando concedido por meio de cartão corporativo.
- (E) deve ser movimentado por meio de abertura de conta bancária destinada.



<p>56. Os restos a pagar</p> <p>(A) processados são as despesas empenhadas não liquidadas e não pagas no exercício financeiro correspondente ao do empenho.</p> <p>(B) não processados são as despesas empenhadas liquidadas, mas que não tenham sido pagas no exercício financeiro correspondente ao do empenho.</p> <p>(C) serão inscritos por meio de autorização por escrito do ordenador da despesa, o qual deverá, ainda, elaborar relatório também por escrito sobre o motivo da inscrição, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho.</p> <p>(D) representam dívidas passivas do ente público e prescrevem em três anos a contar do ano-calendário do empenho da despesa respectiva.</p> <p>(E) inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente ao de sua inscrição.</p>	<p>58. A Lei nº 4.320/1964 estabelece que</p> <p>(A) os créditos extraordinários, que devem ser autorizados pelo Poder Legislativo, são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.</p> <p>(B) é expressamente proibido o empenho global ou por estimativa das despesas orçamentárias.</p> <p>(C) o empenho da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.</p> <p>(D) os juros sobre a dívida interna a pagar devem ser classificados como dívida fundada do ente público.</p> <p>(E) a Lei de Orçamento não consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos.</p>
<p>57. Em relação às despesas de exercícios anteriores, analise as afirmações a seguir.</p> <p>I. As despesas de exercícios anteriores somente poderão ser pagas se inscritas em restos a pagar.</p> <p>II. Poderão ser pagos como despesas de exercícios anteriores os restos a pagar com prescrição interrompida.</p> <p>III. O pagamento de despesas de exercícios anteriores é caracterizado como uma despesa extraorçamentária.</p> <p>IV. Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, tais como aumentos salariais dos servidores com efeito retroativo ao exercício anterior, não poderão ser pagos como despesas do exercício seguinte, devendo ser reclassificados como restos a pagar.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e IV.</p>	<p>59. Segundo a Lei nº 4.320/1964, a demonstração contábil do ente público na qual os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compen-sar sua inclusão na despesa orçamentária é</p> <p>(A) o Balanço Financeiro.</p> <p>(B) o Balanço Patrimonial.</p> <p>(C) a Demonstração das Variações Patrimoniais.</p> <p>(D) o Balanço Orçamentário.</p> <p>(E) a Demonstração do Valor Adicionado.</p>
	<p>60. A Lei da Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece que</p> <p>(A) o orçamento de investimentos é elaborado para todas as empresas em que o ente público participa como acionista, mesmo que ele não tenha o controle, direto ou indireto, da entidade.</p> <p>(B) a lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Metas Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.</p> <p>(C) se verificado, ao final do exercício financeiro, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os entes públicos devem promover limitação de empenho da despesa orçada para o exercício seguinte com o objetivo de alcançar o reequilíbrio orçamentário.</p> <p>(D) a operação de crédito por antecipação de receita é proibida no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.</p> <p>(E) é competência da Câmara dos Deputados fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>